XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

OS DOCUMENTOS OFICIAIS E A BRINCADEIRA DE PAPÉIS SOCIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luana Haruka Kawagoe
UEL – luana.haruka@gmail.com
Juliana Carbonieri
UEL – jucarbonieri@gmail.com
Cassiana Magalhães
UEL – cassiana@uel.br

Eixo 1: Educação e Infância

Resumo

Nos últimos anos, alguns documentos oficiais têm orientado as práticas pedagógicas na Educação Infantil, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010); Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018). Considerando sua importância, esta pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: Como os documentos oficiais abordam a brincadeira de papéis sociais e orientam as práticas dos professores da educação infantil para esta atividade? Dessa forma, teve por objetivo investigar as aproximações entre a teoria a respeito da brincadeira de papéis sociais, o modo como é abordada nos documentos oficiais e quais são as orientações para os professores que atuam com as crianças desta faixa etária. Foram estabelecidas essas relações por entendermos que a mesma pode fornecer indicadores importantes para pensar o desenvolvimento das crianças. Os dados evidenciaram que os documentos oficiais abordam de modo superficial a questão da brincadeira de papéis sociais. De forma que a ausência de informações e discussão teórica inviabilizam o trabalho pedagógico dos professores.

Palavras-chave: Proposta Pedagógica; Educação Infantil; Políticas Públicas.

Introdução

Historicamente, as concepções de infância, direitos das crianças e Educação Infantil passaram por modificações expressivas, por conta das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas em cada sociedade e em cada período histórico (GUIMARÃES; GARMS, 2012). Atualmente, o reconhecimento da criança enquanto sujeito social e histórico, detentora de direitos sociais, faz da Educação Infantil uma exigência social, ocupando no cenário da educação brasileira um espaço significativo e relevante.

O histórico dos dispositivos legais acerca dos direitos das crianças e sua educação, retratam um percurso histórico marcado por relações antagônicas entre a assistência e a educação. Guimarães e Garms (2012) explicam que, embora o histórico da Educação Infantil no Brasil data de mais de um século, foi somente nos anos finais do século XX que a mesma se tornou um direito da criança, das famílias e dever do Estado como sendo a primeira etapa da Educação Básica.

Destaca-se na última década, dois importantes documentos nacionais que têm subsidiado as práticas pedagógicas na Educação Infantil, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010); Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e, além destes, no Estado do Paraná, tem-se o Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018). Para além dos documentos oficiais e subsidiados na teoria histórico-cultural, em autores, como, Vigotski (2008), Leontiev (2001) e Elkonin (2009) e nos estudos de pesquisadores brasileiros desta perspectiva como Martins (2016), Lazaretti (2016), Pasqualini (2016) e Prestes (2016) compreendemos que a brincadeira de papéis sociais é a atividade guia do desenvolvimento das crianças do período da idade pré-escolar, aproximadamente, três a seis anos.

Considerando a importância da brincadeira de papéis sociais, esta pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: **Como os documentos oficiais abordam a brincadeira de papéis sociais e orientam as práticas dos professores da educação infantil para esta atividade?** Tendo como objetivos (a) investigar as aproximações entre a teoria a respeito da brincadeira de papéis sociais, (b) perceber como é abordada nos documentos oficiais e (c) buscar as orientações para os professores que atuam com as crianças desta faixa etária.

O texto está organizado no sentido de indicar a importância da brincadeira de papéis sociais enquanto atividade guia do período da idade pré-escolar; breve apresentação dos Documentos Oficiais propostos para este estudo e, por fim, levantamos algumas considerações acerca dos documentos à luz da Teoria Histórico-Cultural.

Desta forma, foram estabelecidas as relações entre os documentos oficiais supracitados com os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural por entender que a mesma pode fornecer indicadores importantes para pensar o desenvolvimento das crianças, ressaltando a brincadeira de papéis como atividade guia do período da idade pré-escolar.

Metodologia

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica decorrente do Projeto de Pesquisa “Os impactos dos documentos oficiais para a organização do currículo na Educação Infantil no Brasil e em Portugal”. A pesquisa teve por objetivo investigar as aproximações entre a teoria a respeito da brincadeira de papéis sociais, o modo como é abordada nos documentos oficiais e quais são as orientações para os professores que atuam com as crianças desta faixa etária.

O texto está organizado dando destaque para a importância da brincadeira de papéis sociais enquanto atividade guia do período da idade pré-escolar; a seguir, apresentamos os Documentos Oficiais propostos para este estudo, nos quais utilizamos o descritor “brincadeira” como parte da análise do documento e, por fim tecemos algumas considerações acerca dos documentos à luz da Teoria Histórico-Cultural.

Referencial teórico

A brincadeira de papéis sociais à luz da Teoria Histórico-Cultural

A Teoria Histórico-Cultural tem como um de seus pressupostos, a atividade guia que, de acordo com Leontiev (2001, p. 122) é “[...] aquela em conexão com a qual ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico que preparam o caminho da transição da criança para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento”, ou seja, apesar da atividade guia não ser a única necessária para o desenvolvimento da criança, é com ela que a criança pode ter saltos qualitativos referente ao seu desenvolvimento, pois é ela quem guiará o desenvolvimento psíquico da criança, sendo responsável pela reorganização das funções psíquicas superiores.

Entretanto, quando pensamos na brincadeira de papéis sociais, devemos ter em mente que o caminho percorrido até essa atividade, perpassa por outras anteriores, ou seja, a atividade não surge de maneira espontânea.

Neste contexto, importante destacar que, em cada período do desenvolvimento há uma atividade guia e que esta é engendrada no período anterior. Assim, cada atividade de um período engendra a atividade guia do próximo, como explica Cheroglu e Magalhães (2016, p. 107) “a psicologia histórico cultural afirma o desenvolvimento humano como um processo em espiral, no qual cada período é gestado no anterior”.

Ademais, outro ponto de destaque que vale ressaltar, não é a idade cronológica que determinará o período do desenvolvimento em que a criança está, com isso, a idade é apenas um parâmetro construído socialmente (PASQUALINI; EIDT, 2016). Cada novo período do desenvolvimento representa uma mudança na relação da criança com o mundo e consigo mesma. É a situação social de desenvolvimento da criança que prediz suas necessidades no determinado período.

Considerando a ideia do engendramento, pautamos ser necessário uma breve descrição da atividade guia do período anterior do desenvolvimento em análise, a saber, a primeira infância (aproximadamente de um a três anos) e a atividade objetal manipulatória, avaliando que é neste período, por meio desta atividade, que a brincadeira de papéis sociais é engendrada.

Na Teoria Histórico-Cultural, a atividade objetal manipulatória é a segunda atividade guia do desenvolvimento infantil. Surge como produto da relação ativa entre a criança e o meio que foi gestada do decorrer do primeiro ano de vida, no interior da comunicação emocional direta. Pasqualini e Eidt (2016) apresentam que é por meio desta atividade que a criança se apropria da função social do objeto, de seu significado. Sendo importante ressaltar que neste contexto é o adulto quem introduz a criança pequena ao mundo dos objetos. Como afirma Elkonin (2009, p. 216): “o desenvolvimento das ações com os objetos é o processo de sua aprendizagem sob a direção imediata dos adultos.”

Cheroglu (2014, p. 103) explica que “[...] os objetos de uso humano traduzem concreta e abstratamente o resultado da acumulação de experiência social, eles são sínteses de relações sociais, possuindo função e significado”. Desta forma, é em uma ação em conjunto com o adulto que a

criança se apropriará do uso social dos objetos. Ademais, Pasqualini e Eidt (2016) indicam que neste processo de apropriação do uso social dos objetos, ocorre a gestação de uma nova atividade: a brincadeira de papéis sociais. Ao dominar a ação com o objeto, a criança começa a fazer uso livre do mesmo, se emancipando das condições particulares da aprendizagem até no ponto de ocorrer a substituição de um objeto. Este momento é o início da ação lúdica (PASQUALINI; EIDT, 2016).

Nesse contexto, a brincadeira de papéis sociais nasce no interior da atividade objetal manipulatória como linha acessória do desenvolvimento e adquire caráter dominante no período da idade pré-escolar, sendo guia das transformações psíquicas do mesmo. “Na ação e manipulação com objetos, na primeira infância, está o embrião da brincadeira de papéis sociais” (LAZARETTI, 2016, p. 130). Para Elkonin (2009), a brincadeira de papéis é considerada o ato de representar o homem.

Marcolino, Barros e Mello (2014, p. 98) explicam “[...] como não pode ser inserida na sociedade através de uma atividade diretamente útil, ela reconstitui, por meio do jogo, esferas da vida adulta que não lhes estão diretamente acessíveis”, ou seja, a brincadeira surge como solução de uma contradição, onde a criança sente a necessidade de agir sobre os objetos do mundo adulto, mas não tem condições físicas e psíquicas para tal.

De acordo com Elkonin (2009), a brincadeira é uma atividade em que se reconstroem, sem fins utilitários diretos, as relações sociais. É, de origem e natureza sociais. O que constitui a unidade fundamental da brincadeira, de acordo com o autor, é justamente a situação fictícia, na qual a criança adota o papel de outras pessoas, executa suas ações e estabelece suas relações típicas nas condições lúdicas peculiares. Segundo o próprio autor, o principal significado da brincadeira de papéis para o desenvolvimento psíquico infantil consiste em que, nessa atividade e por meio dela, a criança modela as relações entre as pessoas. Importante ressaltar, como afirma Elkonin (2009, p. 231), “[...] que o jogo aparece com a ajuda dos adultos e não de maneira espontânea”.

A brincadeira de papéis é o campo de liberdade de ação das crianças (VIGOTSKI, 2008). Contudo, o autor explica que essa liberdade é

ilusória, visto que as crianças, ao representarem o papel social, submetem-se às regras ocultas, implícitas ao papel, ou seja, as regras da vida social, ocultas na situação imaginária.

> Parece-me que sempre que há uma situação imaginária na brincadeira, há regras. Não são regras formuladas previamente e que mudam ao longo da brincadeira, mas regras que decorrem da situação imaginária. Por isso, é simplesmente impossível supor que a criança pode se comportar numa situação imaginária sem regras, assim como se comporta numa situação real. Se a criança faz o papel da mãe, então ela tem diante de si as regras do comportamento da mãe. O papel que a criança interpreta e a sua relação com o objeto, caso este tenha seu significado modificado, sempre decorrem das regras, ou seja, a situação imaginária, em si mesma, sempre contém regras. Na brincadeira, a criança é livre. Mas essa liberdade é ilusória (VIGOTSKI, 2008, p. 28).

As regras implícitas na brincadeira de papéis são importantes para o desenvolvimento do autocontrole da conduta. Por mais que a criança queira fazer apenas o que deseja na brincadeira, ela precisa se submeter as regras, que são impostas pelos objetos, pelos parceiros, pelo papel e, seguindo essas regras, Prestes (2016, p. 35) afirma que a criança “começa a tomar consciência delas, portanto educa sua vontade”.

Considerando as especificidades da Educação Infantil, como a primeira etapa da Educação Básica e rechaçando a ideia de antecipação da escolarização, pondera-se o desenvolvimento do autodomínio da conduta como uma função psíquica superior importante para o desenvolvimento da atividade de estudo no período da idade escolar. O contrário não aconteceria, caso houvesse antecipação mecânica da escolarização, as crianças teriam maiores dificuldades no desenvolvimento da atividade de estudo, de acordo com a teoria histórico-cultural

Documentos Oficiais

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2010)

O primeiro documento analisado foram as DCNEI, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, conforme a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 e publicadas em 2010, articula-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica com objetivo de "orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil" (BRASIL, 2010, p.11).

As DCNEI (BRASIL, 2010) destacam a necessidade de estruturar e organizar ações educativas com qualidade, articulada com a valorização do papel dos professores que atuam junto às crianças de 0 a 5 anos (OLIVEIRA, 2010). A autora indica nesse contexto, o desafio de professores e coordenadores construírem uma proposta pedagógica que, no dia a dia das instituições de educação infantil, "deem voz às crianças e acolham a forma dela significarem o mundo e a si mesmas (OLIVEIRA, 2010, p.1).

De maneira geral, o documento é sucinto, tendo apenas 36 páginas. A análise revelou que a palavra brincadeira aparece 4 vezes no documento e, apesar de as DCNEI (BRASIL, 2010) considerarem como eixo norteador da sua prática as INTERAÇÕES e a BRINCADEIRA, quando esta palavra aparece no documento ainda o é de forma de forma fragilizada.

Quando o documento discute os objetivos da proposta pedagógica, "[...] à confiança, ao respeito, à dignidade, à **brincadeira**, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p. 18, grifo nosso). Quando se refere à avaliação: "A observação crítica e criativa das atividades, das **brincadeiras** e interações das crianças no cotidiano (BRASIL, 2010, p. 29). Quanto à implementação das diretrizes: "Brinquedos e **brincadeiras** na educação infantil" (BRASIL, 2010, p.33).

Nos três exemplos verifica-se que a ideia de brincadeira aparece solta, sem a devida fundamentação e/ou discussão da sua importância para promover o desenvolvimento das crianças. Além disso, na quarta vez que a palavra brincadeira aparece no documento, refere-se novamente ao eixo interações e brincadeira, não se tratando da brincadeira de fato.

Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017)

O processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi iniciado no ano de 2015, após a nomeação de especialistas de todo o país, de várias instituições universitárias que se reuniram para elaborar um documento inicial que servisse de base para a discussão. A versão final do documento foi publicada dia 22 de dezembro de 2017 por meio da Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Observou-se da totalidade do documento (595 páginas) apenas 3,52% (21 páginas) são destinadas à Educação Infantil, dessa forma, nota-se que este segmento da educação básica não está sendo priorizado como deveria. Isso também se reflete na ficha técnica, pois na área referente aos pesquisadores envolvidos na elaboração do documento, ambas Educação Infantil e Ensino Fundamental encontram-se juntas.

A análise revelou que a palavra brincadeira aparece 24 vezes no documento, sendo o brincar considerado como um dos 6 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento. A palavra brincadeira aparece de forma genérica ou referente ao eixo interações e brincadeira, quando o documento discute as DCNEI: “Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.” (BRASIL, 2017, p. 37), em outros momentos, como por exemplo, nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do campo de experiência “O outro, o eu e o nós”: “Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa” (BRASIL, 2017, p. 45), “Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.” (BRASIL, 2017, p.46).

No campo de experiência “Corpo, gestos e movimentos” é a primeira vez que um termo também utilizado pela Teoria Histórico-Cultural para a brincadeira de papéis sociais aparece neste documento, “Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz

de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem (BRASIL, 2017, p. 41).

Na BNCC (BRASIL, 2017), a palavra brincadeira continua aparecendo de modo superficial, no entanto, aparece o “brincar” como um direito de aprendizagem e desenvolvimento, o que entendemos como um avanço em relação ao modo de considerar à criança.

Referencial Curricular do Paraná – RCP (PARANÁ, 2018)

A construção do Referencial Curricular do Paraná surgiu da necessidade de se ter um documento válido para cada território estadual, a sua estrutura segue a mesma da BNCC, trabalhando-se com os campos de experiência e os direitos e objetivos de aprendizagem, uma mudança foram as separações por idade, por considerarem que “o detalhamento por idades busca contribuir com o trabalho do professor independente da organização de turmas adotada pela rede de ensino ou instituição” (PARANÁ, 2018, p. 55).

O documento em sua totalidade tem 893 páginas, de forma geral extenso, visto que se trata apenas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, são 185 páginas voltadas para a Educação Infantil, representando 20,6%, uma quantidade relativamente maior, em comparação aos dois documentos anteriores. Nele são “aprofundados os conceitos dos seus eixos - interações e brincadeiras - e dos campos de experiências [...]” (PARANÁ, 2018, p. 8).

Concernente às 185 páginas, a palavra “brincadeira” aparece 247 vezes, destas, 26 páginas referem-se ao texto introdutório sobre Educação Infantil, as quais discorrem sobre as considerações históricas da Educação Infantil, os princípios básicos e os direitos de aprendizagem, as concepções norteadoras do trabalho pedagógico e de criança, o eixo interações e brincadeiras, campos de experiência, a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e por fim, o organizador curricular, nessa divisão temos a palavra “brincadeira” 21 vezes. As outras 159 páginas referem-se ao organizador curricular, sendo divido em seis partes, de 0 a 5 anos de idade. O foco desse estudo foi de 3 a 5 anos, totalizando 96 páginas, na qual a palavra

“brincadeira” aparece 160 vezes, uma quantidade também maior comparada aos outros dois documentos. É importante destacar que a quantidade de vezes em que a palavra aparece não garante a qualidade na discussão teórica. Apenas utilizou-se inicialmente desse recurso para identificar a quantidade de vezes que a palavra aparecia, e assim compreender o modo como o conceito de brincadeira era explorado.

No texto a palavra aparece diversas vezes relacionada ao eixo interações e brincadeira, e assim como nos outros documentos analisados, o uso genérico da palavra brincadeira, como por exemplo nos trechos: “Considerar as interações e a brincadeira enquanto ato das próprias crianças significa pensar em possibilidades de experienciar e isso compreende o fazer, o agir, a participação e a vivência” (PARANÁ, 2018, p. 49). “Enfrentar desafios em brincadeiras e jogos para desenvolver confiança em si próprio” (PARANÁ, 2018, p. 123). “Participar de brincadeiras que estimulem a relação entre o adulto/criança e criança/criança” (PARANÁ, 2018, p. 125). “Ampliar seu vocabulário por meio de músicas, narrativas, poemas, histórias, contos, parlendas, conversas e brincadeiras para desenvolver sua capacidade de comunicação” (PARANÁ, 2018, p. 133).

No Referencial Curricular do Paraná, assim como na BNCC, os termos utilizados pela Teoria Histórico-Cultural aparecem algumas vezes como: “Participar progressivamente de brincadeiras coletivas assumindo papéis e compartilhando objetos.” (PARANÁ, 2018, p. 123); “Participar de situações de brincadeira buscando compartilhar enredos e cenários” (PARANÁ, 2018, p. 124); “Identificar características dos personagens das histórias para incrementar cenários e adereços em suas brincadeiras de faz de conta” (PARANÁ, 2018, p. 136); “Participar de brincadeiras de faz de conta, compartilhando propósitos comuns, representando diferentes papéis e convidando outros colegas para participar” (PARANÁ, 2018, p. 149). Percebe-se nesse documento a relevância dada à brincadeira de papeis ou faz de conta.

Desta forma, as orientações presentes no Referencial Curricular do Paraná avançam em relação aos documentos anteriores ao contribuírem com a organização do trabalho pedagógico, mas ainda, são

frágeis no sentido de instrumentalizar os próprios professores por meio da apropriação teórica.

Resultados e Discussão

Análise dos dados à luz da Teoria Histórico-Cultural

Referente aos documentos oficiais analisados, para as DCNEI e BNCC, os resultados apontam fragilidades tanto nos conceitos teóricos (ou ausência destes), quanto nas orientações práticas, visto que a palavra brincadeira aparece apenas 4 vezes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, apesar de, considerarem a brincadeira como eixo norteador da sua prática as INTERAÇÕES e a BRINCADEIRA. Verificou-se que a ideia de brincadeira aparece descontextualizada, sem a devida fundamentação e/ou discussão da sua importância para promover o desenvolvimento das crianças.

Do mesmo modo, na Base Nacional Comum Curricular, a questão da brincadeira é abordada também de forma fragilizada, aparecendo 26 vezes, no entanto, sem aprofundamento. Chamamos a atenção ao fato da palavra aparecer raramente considerando esta é a atividade principal das crianças de aproximadamente 3 a 6 anos de idade.

Já no Referencial Curricular do Paraná a palavra brincadeira, referente à idade de 3 a 5 anos, aparece 160 vezes, no entanto as orientações são precárias do ponto de vista do teórico, em contrapartida, apresentam orientações do ponto de vista prático. Os dados evidenciaram que os documentos oficiais abordam de modo superficial a questão da brincadeira de papéis sociais.

Uma informação relevante a se trazer referente ao uso da palavra brincadeira no texto é o “faz de conta”, que aparece tanto na Base Nacional Comum Curricular quanto no Referencial Curricular do Paraná, pois ela também pode ser utilizada na Teoria Histórico-Cultural, pois por serem traduzidas do russo, existem diversas formas de se referir a tal, Lazaretti (2011, p. 80) diz que a tarefa de tradução “torna-se ainda mais dificultosa quando

tomamos os termos de outro idioma e observamos que não há uma diferenciação clara e a tradução não se ateve a isso também”

A ausência de informações e discussão teórica inviabilizam o trabalho pedagógico dos professores e pouco contribuem para a promoção do desenvolvimento das crianças. A falta de compreensão da brincadeira de papéis sociais como atividade principal do desenvolvimento das crianças do período da idade pré-escolar pode levar a equívocos na organização da prática pedagógica, ao menos à luz da teoria Histórico-Cultural a qual subsidiou a análise.

A seção Resultados e Discussão deve conter os dados obtidos pela pesquisa. Podem ser incluídas Tabelas e/ou Figuras, mas somente aquelas que forem absolutamente necessárias. A discussão dos resultados deve estar fundamentada na literatura utilizada no trabalho de pesquisa ou na realização da experiência. Deve-se indicar a relevância da pesquisa, suas vantagens e possíveis limitações.

Conclusões

Após a análise dos documentos constatou-se que não há intenção de uma escolha teórica, nossa hipótese é de que, isso seja realmente proposital, para que cada município possa fazer a sua escolha e aprofundar os documentos oficiais de acordo com os autores que mais se aproximam das suas escolhas pedagógicas. Evidenciamos também, como a Educação Infantil é desvalorizada em relação às outras etapas da Educação Básica, no caso deste trabalho, pelo espaço destinado à ela nos documentos oficiais.

Em resposta a nossa pergunta inicial: Como os documentos abordam a brincadeira de papéis sociais e orientam as práticas dos professores da Educação Infantil para esta atividade? A nosso ver, os documentos apresentam-se fragilizados ao não orientar com clareza fundamentos teóricos capazes de promover a compreensão por parte dos professores sobre a importância por exemplo, da brincadeira de papéis sociais como atividade principal das crianças de aproximadamente 3 a 6 anos de

idade. E com isso, oferecer poucos indicadores para sustentar o trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Por fim, defendemos a busca de uma educação de qualidade, que está diretamente ligada a apropriação de uma teoria por parte dos professores, para que de fato possam se distanciar dos manuais e organizar práticas pedagógicas pautadas em estudo e reflexão capazes de promover o desenvolvimento das crianças.

Agradecimentos

A Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf Acesso em agosto, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>. Acesso em: agosto, 2019.

CHEROGLU, S. **Educação e desenvolvimento de zero a três anos de idade:** contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a organização do ensino. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara. 2014.

CHEROGLU, S.; MAGALHÃES, G. O Primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação direta como adulto. In: MARTINS, L.; ABRANTES, A.; FACCI, M. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico:** do nascimento à velhice. 1ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. p. 93-108.

ELKONIN, D. B. **Psicologia do jogo.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2009.

GUIMARÃES, C. M.; GARMS, G. M. Z. Implicações da política nacional de educação infantil para o currículo da creche/pré-escola. In: JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. **Política educacional brasileira:** análises e entraves (níveis e modalidades). Campinas, SP: Mercado de Letras. 2012.

LAZARETTI, L.M. Fundamentos teóricos e metodológicos norteadores da obra de Elkonin. In: LAZARETTI, L.M. **D. B. Elkonin: vida e obra de um autor da psicologia histórico-cultural.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 67-122.

LAZARETTI, L. M. Idade pré-escolar (3-6 anos) e a Educação Infantil: a brincadeira de papéis sociais e o ensino sistematizado. In: In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico:** do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados. 2016. p. 129-147.

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone. 2001. p. 119-142.

MARCOLINO, S.; BARROS, F. C. O. M.; MELLO, S. A. A teoria do jogo de Elkonin e a educação infantil. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional,** SP, v.18, n. 1, p. 97-104, jan/abr. 2014.

OLIVEIRA, Z. M. R. O Currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? **Anais do I Seminário Nacional:** Currículo em Movimento – Perspectivas atuais. Belo Horizonte, nov. 2010.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná:** princípios, direitos e orientações. 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf Acesso em: agosto, 2019.

PASQUALINI, J.; EIDT, N. M. Periodização do desenvolvimento infantil e ações educativas. In: PASQUALINI, J. C.; TSUHAKO, Y. N. (Orgs.) **Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP.** Bauru, SP: 2016, v. 1, p. 101-148.

PRESTES, Z. A brincadeira de faz de conta e a infância. **Trama Interdisciplinar,** São Paulo, v. 7, n. 2, p. 28-39, maio/ago. 2016.

VIGOTSKI, L. S. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, n. 8, abril. 2008. p. 23-36. Disponível em: <https://isabeladominici.files.wordpress.com/2014/07/revista-educ-infant-indic-zoia.pdf>. Acesso em: agosto, 2019.